

ANDERSON SANT' ANA PEDRA

Doutorando em Direito Constitucional pela PUC/SP Mestre em Direito
pela Faculdade de Direito de Campos - FDC/RJ Especialista em Direito.
Público pela Consultime / Cândido Mendes (Vitória/ES) Professor de
Graduação e de pós-Graduação de Direito
Constitucional e Administrativo Chefe da Consultoria Jurídica do TCEES

**O CONTROLE DA PROPORCIONALIDADE
DOS ATOS LEGISLATIVOS:
A hermenêutica constitucional
como instrumento**

Del Rey
Belo Horizonte
2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

P371

Pedra, Anderson Sant'Ana.

O controle da proporcionalidade dos atos legislativos: a hermenêutica constitucional como instrumento / Anderson Sant'Ana Pedra. - Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

31 Op.

ISBN 85-7308-805-2

1. Hermenêutica constitucional. 2. Proporcionalidade. I. Título.

CDD: 340.326

CDU: 342:801.73

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. ASISTEMATIZAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO	
1.1 Norma jurídica: tentativa de conceituação	7
1.2 Conceito de ordenamento jurídico	15
1.3 Norma jurídica e suas espécies: a regra e o princípio	19
1.4 Peculiaridades dos enunciados normativos constitucionais	32
2. ACONSTITUIÇÃO E O SEU CONTROLE	
2.1 Conceito de Constituição	37
2.2 A supremacia da Constituição: o poder constituinte	44
2.2.1 Teorização e conceito	44
2.2.2 O povo como titular do poder: a democracia	46
2.2.3 Natureza do poder constituinte	33
2.2.4 A onipotência da Constituição	32
2.3 Jurisdição constitucional	58
2.4 A quem compete a defesa da Constituição	65
2.5 Separação de poderes como proteção ao Estado Democrático de Direito	73
2.6 Formas e mecanismos de controle de constitucionalidade	96
3. PROCESSO INTERPRETATIVO	
3.1 Noções introdutórias	107
3.2 Interpretação e hermenêutica	110
3.2.1 A imprescindibilidade da interpretação	113
3.2.2 Funções da interpretação	118
3.2.3 Hermenêutica constitucional	120
3.2.4 Conceitos, métodos e classificações tradicionais de interpretação constitucional	128
3.3 Princípios de interpretação constitucional	161
3.3.1 Noções introdutórias	161
3.3.2 Supremacia da Constituição	162
3.3.3 Unidade constitucional	164
3.3.4 Presunção de constitucionalidade	166
3.3.5 Máxima efetividade	168
3.3.6 Efeito integrador	170
3.3.7 Conformidade funcional	170
3.3.8 Concordância prática	171
3.3.9 Força normativa da Constituição	173
3.3.10 Interpretação conforme	183
4. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E O CONTROLE DE INCONSTITUCIONALIDADE	

4.1 O princípio da proporcionalidade no Direito Administrativo	189
4.2 O princípio da proporcionalidade como princípio de interpretação constitucional	195
4.3 O princípio da proporcionalidade enquanto fundamento de um novo Estado Democrático de Direito	201
4.4 Definições a respeito do princípio da proporcionalidade	203
4.5 Os subprincípios do princípio da proporcionalidade	211
4.5.1 Adequação dos meios (conformidade ou idoneidade)	213
4.5.2 Necessidade (exigibilidade)	215
4.5.3 Proporcionalidade em sentido estrito	217
4.6 O princípio da proporcionalidade e o princípio da igualdade	219
4.7 O fundamento do devido processo legal — o princípio da proporcionalidade na Constituição brasileira de 1988	226
4.8 O substantive due process e o controle de constitucionalidade	237
4.9 O princípio da proporcionalidade e o Poder Judiciário brasileiro	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	273
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	281